



Eclusas: operação e manutenção podem ser consideradas serviço público

A operação e manutenção de eclusas e dispositivos de transposição hidroviária de níveis serão consideradas serviço público, caso sejam aprovadas as modificações sugeridas pelo deputado **Eduardo Sciarra (PR)**, ex-líder do PSD e relator do Projeto de Lei 5.335/09, que regula a matéria.

Sciarra apresentou, ontem (14), seu substitutivo à comissão especial. O novo texto resolve a discussão em torno da responsabilidade dos custos de construção e manutenção das eclusas. De acordo com a proposta, o licenciamento ambiental e da construção, total ou parcial, serão responsabilidade do Ministério dos Transportes, que poderá realizar licitações e concessões para exploração do serviço público.



Deputado Eduardo Sciarra (PR)

“A construção de eclusas não pode representar ônus para a tarifa de energia elétrica, já excessivamente alta no Brasil. Tampouco pode inviabilizar ou atrasar a construção de usinas hidrelétricas. Porém, precisamos explorar nosso

potencial hidroviário e reduzir os custos logísticos do país”, afirmou o relator.

O deputado garantiu a separação e a independência dos aproveitamentos de cada uso do recurso hídrico relacionado aos custos, tarifas, licitações, estudos, projetos, construção, operação e manutenção, respeitando as áreas de competência de cada órgão responsável por cada tipo de uso.

O substitutivo inclui, ainda, exceção à obrigatoriedade de construção concomitante de usinas e de eclusas. A obrigação não será aplicada quando o aproveitamento hidráulico ótimo for igual ou inferior a 50MW, nem às barragens já existentes no momento da publicação da lei.

Montes: gasoduto é fundamental para desenvolvimento de regiões mineiras

Aumentar o potencial e a capacidade dos municípios de atrair investimentos e se tornar um grande polo logístico e industrial. São esses os benefícios diretos que serão gerados pela construção do gasoduto que ligará Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, a Uberaba, segundo o deputado **Marcos Montes (MG)**, vice-líder do PSD.

O parlamentar solicitou audiência pública a ser realizada pela Comissão de Minas e Energia nas cidades de Divinópolis e Uberaba, reunindo todos os municípios que serão beneficiados pela obra. “Temos grandes possibilidades econômicas devido à chegada dessa matriz energética fundamental que é o gás”, afirmou o parlamentar.

De acordo com ele, o fornecimento vai viabilizar a implantação da fábrica de amônia pela Petrobras. “Será um investimento acima de R\$ 2,5 bilhões. Nossa cidade é produtora expressiva de fertilizantes, responsável por 40% do mercado nacional. A matéria-prima, no entanto, que é a amônia, é importada. A expectativa é de que o segmento reduza os custos com transporte do material e, consequentemente, do produto final”.

O duto vai percorrer 456 km. A previsão inicial é transportar três milhões de m³/dia de gás natural. A obra deve ser concluída até maio de 2016, prazo alinhado ao da construção da planta de amônia da Petrobras-UFN-V (Unidade de Fertilizantes Nitrogenados).

Junji é 2º vice-presidente de comissão que avalia proibição de novos impostos

O deputado **Junji Abe (SP)** foi eleito 2º vice-presidente da comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 491/10, para proibir os governos federal, estaduais e municipais, além do Distrito Federal, de criarem impostos sobre alimentos destinados ao consumo humano e sobre medicamentos. A proposição também impede a taxação de insumos agrícolas destinados à produção de comida e à pecuária.

“É uma proposta relevante para todos os brasileiros, principalmente para as camadas mais pobres da população que sofrem com maior vigor os efeitos da alta tributação”, afirmou Junji.*

Diego Andrade discute novas regras de atuação para piloto aéreo

O deputado **Diego Andrade (MG)** presidiu reunião realizada pela Comissão de Viação e Transporte (CVT), ontem (14), que debateu novas regras para o exercício da profissão de aeronauta. A proposta prevista no Projeto de Lei 4.824/12 garante, entre outros, a redução da jornada de trabalho e a ampliação de oito para doze dias de folgas mensais remuneradas.

Andrade acredita que a legislação para o setor está desatualizada. “A aviação no Brasil tem crescido muito e a segurança precisa estar em primeiro plano. Ouvimos casos de pilotos dormindo dentro de cabine ou pilotando a aeronave por cinco madrugadas consecutivas. A lei atual é de 1.984. O setor cresceu e não devemos deixar essas discussões para depois que os acidentes acontecerem”, defendeu.

Marcelo Ceriotti, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas



Deputado Diego Andrade (MG)

(SNA), criticou o atual modelo da jornada. “Precisamos eliminar esse modelo rígido de escalas e adotar uma alternativa gerenciada por sistema que calcule a possibilidade do tripulante estar fatigado e de retirá-lo de voo”, afirmou.

Nova reunião será agendada para debater o tema com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Metrô em Belo Horizonte

Sensibilizado com as condições de transporte para jovens e estudantes de Belo Horizonte, o deputado Andrade propôs audiência para debater a possibilidade de ampliar o horário de funcionamento do metrô da cidade, até meia-noite. A solicitação foi aprovada pela Comissão de Viação e Transporte (CVT).

“O metrô é utilizado por 34,4% de jovens e eles ressaltam que o modal facilita suas rotinas. Os estudantes noturnos queixam-se por perderem o último horário do trem, pois a aula acaba praticamente no mesmo horário. Pensamos também nos trabalhadores e na Lei Seca. É necessário criar uma alternativa de transporte e acredito que o metrô é uma delas”, defendeu o parlamentar.



Manoel Salviano defende emancipação de distritos

O deputado **Manoel Salviano (CE)** solicitou em plenário, na terça-feira (13), que a Câmara volte a discutir projetos que tratem da emancipação de distritos brasileiros. Segundo ele, esse é um tema importante para garantir o desenvolvimento dessas localidades.

“Todos os distritos emancipados na história do Brasil cresceram. O povo melhorou sua condição de vida e os prefeitos desses novos municípios procuraram formas para criar receitas próprias, além de buscar recursos junto aos governos federal e estadual”, afirmou.

Ainda segundo ele, para muitos dos gestores desses distritos, aten-

der às solicitações da população é difícil porque os mesmos se encontram a mais de mil quilômetros de distância.

Em junho de 2013, o plenário aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 416/08, para regulamentar a criação, fusão e desmembramento de novos municípios. A proposta foi, no entanto, vetada pela presidente Dilma Rousseff. O veto ainda aguarda apreciação do Congresso.

Salviano aproveitou a oportunidade para cobrar também a implantação dos cursos planejados para universidades recém-criadas. “Não é possível abrir uma nova instituição de ensino superior sem a



Deputado Manoel Salviano (CE)

implantação dos cursos. Na Universidade Federal do Cariri, em Juazeiro do Norte, até hoje os cursos planejados ainda não são oferecidos”.

EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático

Líder do PSD: Moreira Mendes (RO)

Chefe de Gabinete: Murilo Mori

Editora-Chefe: Danielle Arouche

Redatora: Raquel Sacheto

Revisão: Rogério Oliveira

Diagramação: Jorge Ribeiro

Fotografia: Heleno Rezende e Cláudio Araújo

Reportagens: Carola Ribeiro, Jaque Bassetto, Verônica Gomes e Danielle Marques

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

 @psdcamara  PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:

www.psdcamara.org.br

* Com informações da Assessoria de Imprensa